

INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM
TRÊS LAGOAS, SUL DE MATO GROSSO (1952- 1975)

INSTITUTIONALIZATION OF TEACHER TRAINING IN TRÊS LAGOAS,
SOUTH OF MATO GROSSO (1952-1975)

INSTITUCIONALIZACIÓN DE LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN
TRÊS LAGOAS, SUR DE MATO GROSSO (1952- 1975)

Margarita Victoria Rodríguez

Doutora em Filosofia e História da Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).
Professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: poroyan@uol.com.br.

Hellen Caroline Valdez Monteiro

Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora da Prefeitura
Municipal de Campo Grande-MS e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). E-mail:
hellen.caaaroline@gmail.com.

Paolla Rolon Rocha

Doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail:
paa.rocha@hotmail.com.

DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/notandum.vi55.51795>

Recebido em 14/01/2020

Aceito em 24/10/2020

Resumo

O texto apresenta os resultados da pesquisa sobre a institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa, em Três Lagoas, sul de Mato Grosso (1952-1975), essa escola se inseriu no processo de expansão escolar decorrente das políticas do governo Getulista no contexto estadual, e, particularmente em Três Lagoas, a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (1914) foi determinante que uma instituição de formação de professores fosse implantada ali. Como procedimentos metodológicos se adota a coleta de documentos na escola e realização de entrevista com ex-alunos. Acerca dos resultados se verifica o equilíbrio da proveniência social do público atendido pela instituição, por um lado, filhos da classe trabalhadora, e por outro, filhos da burguesia e camadas médias. E com relação ao currículo, se identificaram três momentos distintos que formularam o curso: ascensão do escolanovismo, sua respectiva decadência como proposta pedagógica e a disseminação do tecnicismo.

Palavras-chave: Escola Normal Dom Aquino Corrêa; Três Lagoas, sul de Mato Grosso; Formação de Professores.

Abstract

The text presents the results of the research on the institutionalization of the Normal School Dom Aquino Corrêa, in Tres Lagoas, south of Mato Grosso (1952-1975), that school was inserted in the process of school expansion resulting from the policies of the State Getulista In the state context, and especially in Três Lagoas, the construction of the Northwest Railway of Brazil (1914) was decisive for a teacher training institution to be implanted there. As methodological procedures, the collection of documents in the school and interview with former students is adopted. As a result, the balance of the social origin of the public attended by the institution and in relation to the curriculum is verified, three different moments that formulated the course: promotion of the Escolanovism, its decadence and the dissemination of the technicality.

Keywords: Escola Normal Dom Aquino Corrêa; Três Lagoas, south of Mato Grosso; training's teacher.

Resumen

El texto presenta los resultados de la investigación sobre la institucionalización de la Escuela Normal Dom Aquino Corrêa, en Tres Lagoas, sur de Mato Grosso (1952-1975), esa escuela se inserta en el proceso de expansión escolar resultante de las políticas del gobierno Getulista en el contexto estadual, y especialmente en Três Lagoas, la construcción del Ferrocarril Noroeste de Brasil (1914) fue determinante para que una institución de formación de profesores fuera implantada allí. Como procedimientos metodológicos se adopta la recolección de documentos en la escuela y realización de entrevista con ex alumnos. Como resultado se verifica el equilibrio de la procedencia social del público atendido por la institución y con relación al currículo, se identificaron tres momentos distintos que formularon el curso: ascenso del escolanovismo, su decadencia como propuesta pedagógica y la diseminación del tecnicismo.

Palabras clave: Escola Normal Dom Aquino Corrêa; Três Lagoas, sur de Mato Grosso; Formación de Profesores.

Introdução

O presente artigo discute a política de formação de professores na década de 1940 a 1970 com base na implantação das escolas normais no país, e especificamente a Escola Normal Dom Aquino Corrêa em Três Lagoas, sul de Mato Grosso. Com foco na história dessa instituição escolar evidenciamos seus condicionantes externos que determinaram sua consolidação: econômico, político, social, ideológico, pedagógico e cultural. Assim como as contradições que permearam as práticas escolares dadas pelas mediações com o contexto da totalidade.

Para compreender o objeto singular, Sanfelice (2007) subsidia as considerações sobre “instituições escolares”, segundo o autor é fundamental abordar tanto o espaço intramuros como as diversas determinações exteriores societárias, regionais, nacionais e internacionais, que influenciaram as formas de organização pedagógica adotadas pelo estabelecimento de ensino.

Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, uso dos espaços, docente, alunos e infinitas outras dimensões se cruzam. Pode-se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si, acomodando-se “[...] dialeticamente de maneira tal que daí resulte uma identidade” (SANFELICE, 2007, p. 77). Portanto, a identidade institucional é única, devido à síntese resultante, destas relações e mediações.

Entretanto, são condicionantes externos à instituição, que momentaneamente regulam diversas outras instituições espalhadas pelo país. Ou seja, existem traços em comum que se diferenciam por região ou por unidade escolar, até mesmo por características geográficas. Cada uma dessas unidades ganha uma originalidade. “Enfim, a dimensão da identidade de uma instituição somente estará mais bem delineada quando o pesquisador transitar de um profundo mergulho no micro e, com a mesma intensidade, no macro” (SANFELICE, 2007, p. 78). Por isso, primeiramente traçamos a conjuntura institucional nacional e suas relações com o contexto de Mato Grosso, para então, adentrarmos na instituição investigada.

Utilizamos como procedimentos metodológicos a investigação de documentos coletados na instituição, tais como: “Ata de Resultados Finais” (1952-1975); “Livro de Matrículas” (1952-1975). Bem como entrevistas com ex-alunas do curso normal: Marizeth Bazé Kill (2017) e Terezinha Bazé Lima (2017). Ambos materiais de pesquisa coletados na cidade de Três Lagoas-MS.

Dividimos nossa exposição das análises em três tópicos: primeiro, “Mediações e contradições estatais para o processo de implantação da Escola Normal Dom Aquino Corrêa (1930-1952)”; segundo, “Escola Normal Dom Aquino Corrêa: público-alvo e suas contradições” e, terceiro, “Organização curricular”.

Mediações e contradições estatais para o processo de implantação da Escola Normal Dom Aquino Corrêa (1930- 1952)

A política de formação de professores é produto de múltiplas determinações das quais não se pode realizar uma descrição da norma legal que regulamentou sua organização sem contextualizar seus precedentes e as forças políticas e ideológicas que estiveram presentes e que se instituíram dialeticamente com a produção das instituições escolares como objeto singular, e especificamente

com o processo de institucionalização da formação de professores na Escola Normal Dom Aquino Corrêa, em Três Lagoas sul de Mato Grosso¹.

Para tanto, vale destacar que durante as primeiras décadas do século XX a economia em Mato Grosso se caracterizou pela exportação de carne e criação bovina, os grandes latifúndios estavam concentrados nas mãos de poucas pessoas, o poder político era representado por frações de classes ligadas ao comércio, às usinas de açúcar, aos latifúndios de criação bovina ou produção de erva mate, tendo a principal responsável a Companhia Mate Laranjeira pela exploração ervateira (JACOMELLI, 1998). Segundo a autora, a maioria dos trabalhadores espalhados pelo vasto território desenvolvia seu trabalho nas fazendas e as instituições escolares públicas foram criadas nas cidades com maior desenvolvimento econômico ou naquelas que serviam de reduto eleitoral por ingerência de algum coronel.

Práticas de clientelismo e coronelismo também estavam presentes no estado, sua história foi permeada pelo coronelismo e banditismo (CORRÊA, 2006). Esse mandonismo local sofreu rupturas quando Getúlio Vargas assumiu a presidência, pois não aceitava chefes políticos locais que não se dobravam ao poder central, uma das medidas do presidente foi ocupar as porções de terras que a Companhia Mate Laranjeira usufruía, além de instituir interventores como governadores nos estados, com o objetivo de controlar a materialização das políticas elaboradas pela União, nas jurisdições estaduais.

A conjuntura política nacional que precedeu a instalação da Escola Normal em Três Lagoas, no início dos anos 1950, foi o cenário político brasileiro subsequente à Revolução de 1930, quando se impediu a assunção de Júlio Prestes como presidente da República, mediante golpe de Estado, e se deu posse a Getúlio Vargas, que assumiu interinamente de 1930 a 1934. Posteriormente, de 1937 a 1945, Vargas governou no período conhecido como Estado Novo e nomeou Gustavo Capanema como Ministro da Educação e Saúde Pública, até 1945.

Com relação a educação, o ministro Gustavo Capanema implantou uma reforma que pode ser sumariada com as Leis Orgânicas do Ensino², mediante o Decreto-Lei, nº 8.530, de 02 de

¹ O estado de Mato Grosso foi dividido em 11 de outubro de 1977 mediante a Lei complementar nº 31. Tal motivo nos referimos a Três Lagoas, “sul do estado”, porque o período delimitado para o estudo ocorreu antes do seu desmembramento, a cidade fazia parte do então estado de Mato Grosso, que em 1977 foi dividido, sendo criado o estado de Mato Grosso do Sul, onde está localizada atualmente a cidade de Três Lagoas.

² a) Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);

b) Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial;

c) Decreto-lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942: Lei Orgânica do Ensino Secundário;

d) Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943: Lei Orgânica do Ensino Comercial;

e) Decreto-lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Primário;

f) Decreto-lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946: Lei Orgânica do Ensino Normal;

janeiro de 1946, a Lei Orgânica do Ensino Normal, se regulamentou a formação de professores primários no Brasil.

No campo ideológico educacional, foram propalados princípios da Igreja Católica e do Movimento dos Renovadores – na prática, um equipendente de projetos societários contrapostos, porque o governo não via incompatibilidade entre a visão educacional centrada na preservação da ordem social e a renovação pedagógica: “[...] entre 1932 e 1947, as ideias pedagógicas no Brasil foram marcadas por um equilíbrio entre a pedagogia tradicional, representada predominantemente pelos católicos, e a pedagogia nova.” (SAVIANI, 2013, p. 271). Segundo o autor, a Igreja respaldava o poder de Getúlio Vargas, e a Escola Nova era portadora dos “requisitos técnicos necessários à viabilização do projeto de modernização conservadora.” (SAVIANI, 2013, p. 271). Essa espécie de “conciliação” pode ser entendida como estratégia política do governo para fortalecer a ação centralizadora do Estado.

No início do Estado Novo, em 1937 o interventor federal em Mato Grosso foi Júlio Strübing Müller que governou o estado até 1945, quando Getúlio Vargas foi deposto. Em 1938, o interventor incorporou a Escola Normal de Campo Grande, ao Liceu Campograndense – que havia sido criado em 1937 –, devido a política de retenção de despesas públicas e também a prioridade dada ao ensino primário. Segundo Simões (2014) tanto a Escola Normal de Campo Grande, como a de Cuiabá foram inseridas aos Liceus existentes, a formação se dividiu em duas sessões: o curso fundamental e o normal. A primeira cidade era centro político da porção sul do estado, e Cuiabá, capital de Mato Grosso, o centro político da porção norte.

As instituições responsáveis por formarem professores somente foram reabertas em 1947, – ficaram 10 anos inativas – no governo de Arnaldo Estevão de Figueiredo (1947-1950), primeiro governador eleito em Mato Grosso após o fim do Estado Novo. O ensino primário ficou desprovido de professores normalistas com formação específica, e em consequência os cargos no magistério foram lotados com docentes leigos.

Entretanto, no período ditatorial em que Vargas foi presidente, pelo seu caráter centralizador e nacionalista, lançou a Marcha para o Oeste, com o objetivo de controlar, conquistar e ocupar os largos campos do Brasil que ainda não estavam sob seus domínios, mediante incentivos de cunho subsidiário de transportes. A meta esboçada era “[...] o deslocamento da fronteira econômica em direção à fronteira política” (BRITO, 2001, p. 33). E foi mediante esses recursos financeiros estatais que disseminaram com uma base material mais forte, a educação pública no estado. Com o

g) Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);

h) Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946: Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

desenvolvimento econômico, aumentou a arrecadação e, portanto, o financiamento de instituições escolares.

O cenário político nacional centralizador na figura de Getúlio Vargas e a expansão econômica de Mato Grosso por meio de suas ações estatais representou uma contradição para a política de formação de professores, se levarmos em consideração o fechamento das Escolas Normais pelo interventor federal Júlio Strübing. Isso porque, os revérberos da Marcha para o Oeste possibilitaram o aumento gradativo da oferta de educação pública, mesmo que num primeiro momento, em 1937 as Escolas Normais tivessem sido fechadas, ficaram assim por dez anos desativas. E as justificativas para esse fechamento de instituições denota com mais clareza ainda a contradição observada nesse momento histórico, em 1937 a 1947.

Segundo Marcílio (1963), as justificativas para o Decreto de extinção dessas instituições em 1937 foram: o excesso de normalistas e a sua necessidade de completar a formação em um curso mais longo, que daria vazão à escolha do ensino superior. Além disso, o poder público afirmava que a existência de colégios particulares que forneciam formação de professores, não justificava a atuação do Estado porque não deveria fazer concorrência com a oferta privada.

Duas justificativas contraditórias ao momento pelo qual passava a educação em Mato Grosso, pois um dos empecilhos para a consolidação do ensino primário era a falta de professores normalistas, pois havia um contingente grande de professores leigos, e o segundo motivo apresentado para o fechamento das Escolas Normais públicas era a existência de colégios particulares, “[...] contra quem o Estado não deveria fazer concorrência, mas contribuir para que prosperassem [...]” (MARCÍLIO, 1963, p. 197).

Ao final do Estado Novo, quando foram reabertas as Escolas Normais, dentre os anos 1945 e 1950, no estado de Mato Grosso, coincidiu com a consolidação da Marcha para o Oeste que “[...] começou a mostrar de forma mais sensível os seus frutos na região mato-grossense.” (BRITO, 2001, p. 121). Foi nesse momento histórico que se implantou um progressivo investimento no setor industrial e se fortaleceu a atividade agrícola. A pecuária ainda persistia, mas tomava novas formas. Ao invés das charqueadas, as carnes passaram a ser vendidas refrigeradas, e a produção na região pantaneira se transferiu para Campo Grande, cidade mais próxima de São Paulo. (BRITO, 2001). Este desenvolvimento econômico da região repercutiu na demanda por ensino primário e secundário e também provocou a necessidade de formação de docentes para atuar nas escolas, em especial, aquelas instaladas nas áreas rurais, pois a expansão das instituições de ensino primário começou a abranger as regiões mais afastadas, visto que as escolas públicas primeiro surgiram nos centros urbanos.

O município de Três Lagoas se relacionou com esse processo de desenvolvimento econômico mato-grossense como uma peculiaridade, enquanto que na maioria do território estadual a população estava espalhada na área rural, o referido município se desenvolveu urbanamente. Na década de 1950 dois terços da população brasileira residia na zona rural, contingente semelhante ao estado. Portanto, não foi por acaso que, na vasta área de Mato Grosso, precisamente em Três Lagoas se instalou a Escola Normal, a instalação da instituição esteve associada ao seu processo de desenvolvimento econômico que trouxe consigo uma demanda por educação pública.

Do total de 83 municípios³ do estado de Mato Grosso, antes da sua divisão, Três Lagoas foi uma das cinco cidades que dispuseram fisicamente de uma instituição pública⁴ de formação de professores na porção sul do estado. Apenas Aquidauana, Ponta Porã, Paranaíba e Campo Grande tiveram Escolas Normais Públicas. Quando estudamos a história desses territórios separadamente, evidenciamos que a instituição responsável por formar professores só emergiu por uma necessidade social, imposta pelo desenvolvimento econômico de cada região.

Um dos marcos para o desenvolvimento de Três Lagoas foi a construção da Ferrovia Noroeste do Brasil (1914), este empreendimento se tornou o principal responsável pela presença de comerciantes. Como apontamos, no cenário econômico nacional, Mato Grosso desempenhava papel de produtor pecuário para os principais centros consumidores do país, particularmente São Paulo, entretanto, o transporte dessas mercadorias era feito por tropeiros, e o maior empecilho para que crescesse a circulação dos produtos era a dificuldade de escoamento, devido ao longo trajeto aos centros consumidores. Daí a importância da construção da Ferrovia Noroeste do Brasil, empreendimento que contou com o financiamento de capitais franco-belga juntamente com recurso estatal, que demarcou profundamente a expansão do capital monopolista na região.

Três Lagoas foi o primeiro município do estado a ter uma via de comunicação terrestre perene, “[...] que serviu para ligar áreas não só do Estado de Mato Grosso com Três Lagoas, como também para ligá-las às demais áreas do país” (CATTANIO, 1978, p. 16). A autora cita uma segunda consequência que adveio da ferrovia: a situação limítrofe de Três Lagoas, firmada entre São Paulo e Mato Grosso, fez com que a região fosse sempre um ponto obrigatório de passagem.

³ Em matéria publicada no jornal Diário da Serra (1977) estimou-se que em Mato Grosso havia 33 municípios, e o novo estado a ser desmembrado, contava com 50 municípios, portanto ao todo, somavam-se 83 municípios.

⁴ Houve iniciativas privadas de Escolas Normais: em Dourados, “Escola Normal Nossa Senhora da Conceição” (MANCINI, SILVA, 2008); em Campo Grande, “Escola Normal Oswaldo Cruz” (SIMÕES, 2014), “Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora” (PASA, BRITEZ, 2014), “Escola Normal da Moderna Associação Campo-grandense de Ensino (MACE)” (SIMÕES, 2014), “Escola Normal Dom Bosco”; em Corumbá (ARRUDA, BRITO, 2006), “Ginásio e Escola Normal Imaculada Conceição” (SILVA, 2014).

A facilidade de comunicação, disponível desde o início, fez de Três Lagoas um simulacro de praça rotatória. Daí partem vários eixos em quatro direções principais: o Norte, para Cuiabá, o Oeste, para Campo Grande; o Leste, para São Paulo e o Sul, para Dourados e Ponta Porã. Essa distribuição radial das estradas denota o seu caráter de lugar central, redistribuidor de bens. (CATTANIO, 1978, p. 18).

Cuiabá era importante por ser a capital do estado, mas se situava ao norte de Mato Grosso, enquanto Campo Grande, Ponta Porã e Dourados eram cidades mais desenvolvidas economicamente na região sul. Bittar (1999) assevera que além de ser o centro político do sul, Campo Grande também tinha pujança econômica “a pujança econômica dessa porção de Mato Grosso fez com que, na década de 40, o presidente Getúlio Vargas declarasse Campo Grande a “*capital econômica*” do estado.” (BITTAR, 1999, p. 98, grifo da autora). Ou seja, Três Lagoas se ligava geograficamente a quatro áreas importantes economicamente no estado, além disso, sua localização era privilegiada do ponto de vista econômico porque estava na divisa com o estado de São Paulo, polo industrial.

Segundo Brito (2000) em relação ao número de escolas e matrículas nos ensinos primário, secundário, normal e comercial, as cidades que mais concentravam esses registros eram Cuiabá, Campo Grande, Corumbá e Três Lagoas, respectivamente. E até 1947, Três Lagoas era uma das 5 cidades em Mato Grosso, que possuía estabelecimento de ensino secundário, de acordo com a autora. E em 1953, Três Lagoas ainda era uma das sete cidades que concentrava maior número de matrículas.

Até 1973 a cidade contava com 6 escolas de 1º e 2º graus na esfera administrativa estadual, e até 1975, 22 escolas públicas sob a tutela municipal, esse número é grande se considerarmos que os municípios pouco arrecadavam para manterem instituições escolares. Cattanio (1978) esclarece que as escolas mais antigas estiveram localizadas próximas à ferrovia, e as escolas mais novas, subsequentes às reformas educacionais da década de 1970, que ofereciam o 1º e 2º graus, se localizaram ao norte da ferrovia. “Tal disposição pode ser justificada, em parte, quando verificamos que essa área é preferida pela população, registrando ali altas densidades” (CATTANIO, 1978, p. 51). Mas também porque nos anos 1970, se produziu o deterioro do transporte de produtos agrícolas pelas ferrovias, que foram substituídas por estradas pavimentadas.

A localização das escolas de 1º e 2º graus caracterizava-se por uma grande dispersão na cidade, assim as instituições poderiam atender o contingente populacional espalhado no território do município “[...] propiciando um atendimento mais eficaz para toda a população urbana.”

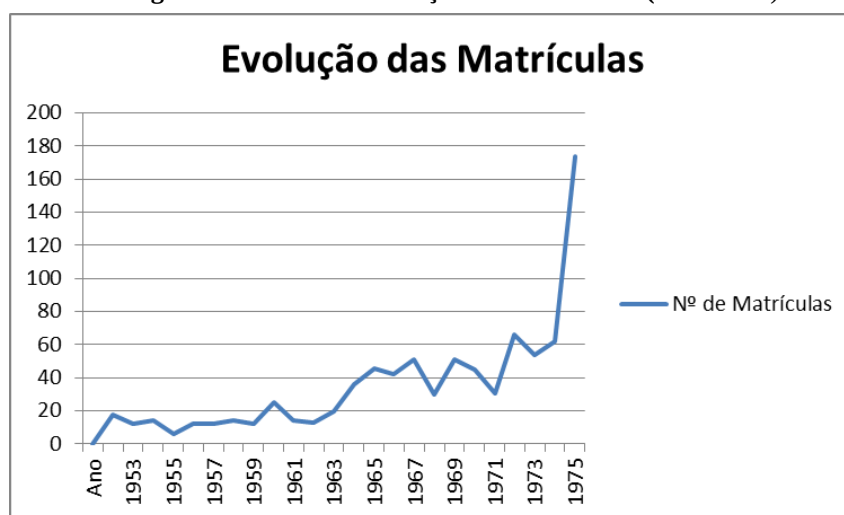
(CATTANIO, 1978, p. 54). Por outro lado, o estabelecimento de ensino de 3º grau⁵ se localizava distante do centro da cidade, assim como a maioria das instituições universitárias que surgiram no regime militar, que foram implantadas distantes dos centros urbanos.

No próximo tópico adentramos na Escola Normal Dom Aquino Corrêa que funcionou anexa ao Ginásio 2 de Julho⁶, que foi inaugurado em 1952 no governo de Fernando Correia da Costa (1951- 1956) sob o regimento da Lei Orgânica do Ensino Normal (1946) decretada por Gustavo Capanema, como afirmado, em âmbito nacional e que induziu a reabertura das escolas normais em Mato Grosso.

Escola Normal Dom Aquino Corrêa: público-alvo e suas contradições

A Escola Normal Dom Aquino Corrêa foi fundada mediante a Lei nº 501 de 21 de outubro de 1952. A instituição funcionava anexa ao prédio do Ginásio 2 de Julho⁷. Ela era frequentada por um número considerável de jovens da região, o gráfico abaixo mostra o crescimento de matrículas entre os anos 1952 a 1975, no período em que a instituição funcionou:

Figura 1 – Gráfico - Evolução das matrículas (1953-1975)



Fonte: Escola Estadual Dom Aquino Corrêa. Livros de Matrículas (1952-1975) elaborado pelas autoras

⁵ O Governo de Estado de Mato Grosso, em 1967, criou em Três Lagoas, o Instituto de Ciências Humanas e Letras.

⁶ Segundo Marcílio (1978) o governador Arnaldo de Figueiredo sancionou a Lei nº 903 de 1947 que convencionou o Ginásio 2 Julho. Mas essa denominação surgiu em 1922 com a iniciativa privada dos professores João Magiano Pinto e sua esposa Eufrosina Ferreira Pinto.

⁷ As escolas normais eram anexas aos ginásios: a Escola Normal Jango de Castro em Aquidauana, foi inaugurada em 1949, anexa ao Ginásio Candido Mariano; as Escolas Normais “Pedro Celestino” e “Joaquim Murtinho”, anexas ao Colégio Estadual de Mato Grosso e Ginásio Campo-grandense, respectivamente; a Escola Normal Dom Aquino Corrêa, em Três Lagoas, anexa ao Ginásio 2 de Julho. Eram utilizados os mesmos prédios, embora oferecessem cursos distintos.

Pelo que consta no documento “Ata de Resultados Finais” (1952-1975) dos alunos matriculados pela Escola Normal, a última turma registrada pela denominação de Curso Normal foi em 1975. O ano com o menor número de matrículas foi 1955, com apenas seis alunos; o ano com o maior número de matrículas foi 1975, com 174. Antes de 1971, todas as turmas foram oferecidas no período diurno; não houve curso no período noturno. Somente a partir de 1971 esse oferecimento aparece registrado nos documentos consultados.

Conforme o documento citado, foram matriculados 860 alunos, não foi possível esclarecer se todos se formaram, porque não encontramos registros referentes a diplomação dos ex-alunos. Com respeito ao público que frequentou a instituição entre os anos 1965 e 1968⁸, na sua maioria, era proveniente do segmento de funcionários ferroviários, em segundo lugar os normalistas eram filhos de fazendeiros, e em terceiro lugar, filhos de comerciantes.

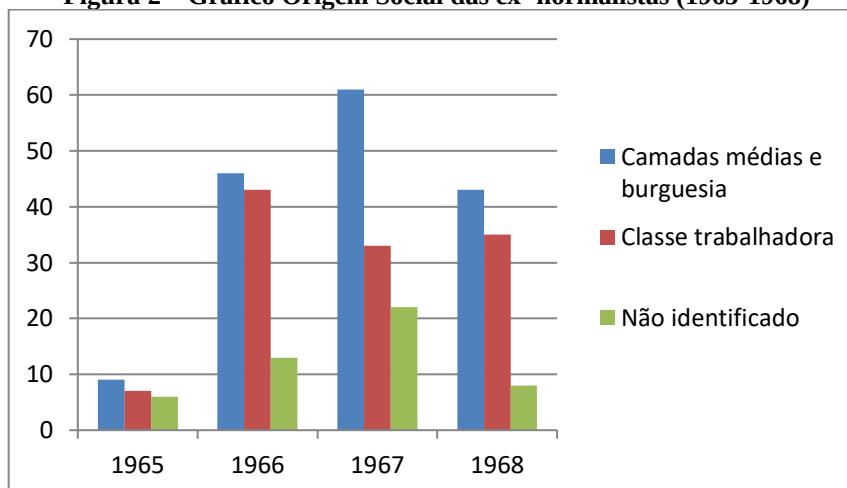
A proveniência social dos ex-normalistas prova que a cidade desenvolveu urbanamente, mas com um misto de atividade pecuária, pois em segundo lugar, os pais dos alunos eram fazendeiros, e em terceiro lugar comerciantes, área de serviços característica das cidades com povoamento urbano. E com relação a presença massiva de ferroviários significa que o empreendimento ferroviário, fruto de interesses capitalistas determinou sobremaneira o povoamento das cidades nas quais passou o trajeto desse meio de transporte.

Se analisados os dados por categoria profissional, os trabalhadores da ferrovia⁹ prevalecem sobre as demais profissões, mas não equivale dizer que a Escola Normal Dom Aquino Corrêa atendeu primordialmente os filhos da classe trabalhadora, isso porque, houve um equilíbrio da proveniência social dos alunos. Por um lado, filhos de trabalhadores estudaram na instituição, e por outro, filhos de pais pertencentes às camadas médias e burguesa. No gráfico a seguir detalhamos essa proporção com dados referentes aos anos de 1965 e 1968:

⁸ Somente foi possível investigar esse período devido a falta de documentação na Escola.

⁹ Era um grupo de trabalhadores diferenciados, porque eram técnicos, engenheiros, motoristas, supervisores, pessoal administrativo, portanto eram trabalhadores com uma qualificação diferenciada, na maioria dos casos.

Figura 2 – Gráfico Origem Social das ex- normalistas (1965-1968)



Fonte: Escola Estadual Dom Aquino Corrêa. Livro de Matrículas (1964-1969) elaborado pelas autoras

Nos quatro anos expostos no gráfico (1965- 1968) nota-se que foi maior a participação das camadas médias e da burguesia comparado à presença da classe trabalhadora. No ano de 1967, essa diferença foi maior, entretanto podemos considerar que houve um equilíbrio no acesso entre as classes sociais: 46,76% são provenientes das camadas médias e burguesia, 38,02% da classe trabalhadora, e 15, 21% não identificado.

Mas vale ressaltar, que os trabalhadores da ferrovia, possuíam certa estabilidade laboral, pois eram funcionários públicos federais, eram reconhecidos na cidade e contavam com a confiança dos comerciantes, estes vendiam seus produtos a crédito para os ferroviários, pois sabiam o dia de pagamento. A segurança do pagamento estava “garantida” porque chegava de trem mensalmente, um funcionário enviado pela empresa, responsável por entregar a remuneração dos ferroviários. Além disso, casar-se com ferroviário, também era sinônimo de estabilidade, pois eles tinham casa para morar.

Os ferroviários era um segmento diferenciado de trabalhadores, dado que tinham condições de trabalho salarial e de contratação, distintas da massa de trabalhadores nesse momento histórico.

A entrevistada Terezinha Bazé de Lima (2017), ex- normalista e filha de ferroviário explicitou estas condições diferenciadas dos ferroviários, antes mencionadas: “Antigamente, as mulheres queriam casar ou com ferroviário ou com funcionário da CESP¹⁰, tinham salário e tinham

¹⁰ Companhia Energética de São Paulo (CESP) era a empresa paulista responsável pela construção da barragem de Jupia, a hidrelétrica Engenheiro Souza Dias, que também movimentou grande números de trabalhadores na cidade na década de 1960.

casa para morar.” Essa profissão era valorizada naquela época, pois significava garantia de salário e de moradia. Lima (2017) ratifica:

[...] o pagamento dos ferroviários, nós já sabíamos quem era o passageiro que vinha [de trem] fazer o pagamento do nosso pai, e a cidade sabia, aguardava o pagamento. Aqui pagávamos com uma cadernetinha, todo lugar tinha, era o pão, era o açúcar, açougue, cooperativa, livraria... nós íamos com a caderneta do meu pai. A cidade inteira vendia para os ferroviários [...].

Sobre a moradia, a entrevistada Marizeth Bazé Kill (2017) destacou que o povoamento da cidade de Três Lagoas se deu pela grande presença dos ferroviários, que moravam com suas famílias em residência fixa, no bairro dos ferroviários: “A construção da Ferrovia Noroeste do Brasil foi responsável pela povoação de Três Lagoas e do Bairro Nossa Senhora Aparecida e Santa Luzia.” (KILL, 2017).

Um aspecto a ser considerado com relação aos estudantes que se formavam na escola normal, é que de acordo com os depoimentos das normalistas, sua diplomação lhes permitiu acesso a melhores condições de emprego, e contribuiu para a sua ascensão social. Duas das entrevistadas, Kill (2017) e Lima (2017) afirmam que a Escola Normal foi o primeiro passo para seguirem sua trajetória profissional no campo educacional. Construíram carreiras na educação, trabalhando em vários níveis de ensino. Lima (2017) e Kill (2017)¹¹ atuaram na educação pré-escolar, primária, e em cursos de formação de professores, assim como foram nomeadas para alguns cargos de direção na área educacional.

Como observamos anteriormente, na década de 1970 se expandiu consideravelmente o número de matrículas na Escola Normal, passando inclusive a oferecer turmas no período noturno, mas isso denota uma profunda contradição que ocorreu no curso de formação de professores nesse período. Contradição que pode ser explicada à ideologia tecnocrática militar e pedagogia tecnicista que adentrou na educação aos moldes da reforma militar implantada, esse conjunto de reformas deu início em 1964 com o Golpe de Estado sobre João Goulart. No campo educacional primeiramente foi outorgada a Lei 5.540/1968 que reformou o ensino superior, – ou o ensino de 3º grau –. Três anos depois, em continuidade, a Lei 5.692/1971 fechou o ciclo de reformas para o ensino de 1º e 2º graus, incluiu aí a reforma na formação de professores. Essa lei transformou todos os estabelecimentos de ensino em escolas de 1º e 2º graus. E as antigas escolas normais, passariam a

¹¹ As entrevistadas cursaram o curso normal no período em que o Brasil estava sob o regime cívico- militar (1964-1985), Lima (2017) entre os anos 1971 e 1973 e Kill (2017) entre os anos 1973 a 1975.

denominar “Habilitação Específica para o Magistério”. Tanuri (2000, p. 81) aponta a deterioração que as escolas normais antecedentes à reforma sofreram:

Inúmeros trabalhos sobre o assunto são unânimes em apontar o “esvaziamento”, a “desmontagem”, a “desestruturação”, a “perda de identidade” ou a “descaracterização” sofrida pela escola normal no período, tendo-se vislumbrado inclusive sua “desativação” nos anos imediatamente posteriores à reforma, devido à queda considerável da procura, ao fechamento de inúmeros cursos, paralelamente ao descaso de políticas nacionais e estaduais.

A formação profissional passou a ser obrigatória, e se disseminou no país um currículo voltado a esse tipo de formação. Na história das ideias pedagógicas, foi o período em que predominou o tecnicismo:

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspiradas nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico. (SAVIANI, 2013, p. 381).

Passa a predominar na educação a lógica sistêmica, em que as partes do processo devem funcionar perfeitamente para não prejudicar o resultado final, o planejamento do professor adquiriu lugar de destaque e a concepção utilitarista e profissional emergiram nas disciplinas da formação docente como será analisado a seguir.

Organização curricular

Analisamos o currículo da Escola Normal Dom Aquino Corrêa, com a intenção de verificar a possível aproximação dos conhecimentos selecionados que se ensinaram nas escolas com a produção discursiva e ideológica das conjunturas (1952-1959; 1960-1968; 1969-1975) que foram determinantes para definirem o currículo da instituição. E no período militar (1969-1975) notamos que o currículo da instituição sofreu uma grande transformação, pois incorporou as normas curriculares em consonância com a reforma estatal tecnicista para a educação.

Investigando os documentos da Escola Normal Dom Aquino Corrêa e examinando as disciplinas que o curso ofereceu, aferimos que passaram por muitas modificações. Interpretamos essas transformações coincidirem com a culminância dos pressupostos escolanovistas (1952-1961), e que posteriormente enfrentaram sua decadência (1961-1968), como proposta filosófica e pedagógica, e com advento da ascensão do militarismo, com o tecnicismo incorporado à educação

(1969-1975), até o fim da Escola Normal e a criação da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Dom Aquino Corrêa. A seguir apresentam-se a organização do currículo da instituição, nos três momentos antes indicados:

Quadro 1 – Disciplinas oferecidas na Escola Normal Dom Aquino Corrêa (1952-1975)

Pressuposto filosófico e pedagógico	Ano	Disciplinas
Ascensão do Escolanovismo	1952- 1959	Português, Francês, Psicologia, Metodologia, Desenho, Música, Ed. Física, Anatomia, Matemática, Puericultura, Sociologia, Inglês
Transição “Escola Nova” e “militarismo/tecnicismo”	1960- 1968	Português; Matemática; Anatomia; Metodologia; Desenho; Música; Ed. Física; Física e Química; Sociologia; Pedagogia; Biologia; Biologia Educacional; História; Geografia; Ciências Físicas e Biológicas; Filosofia; Francês; Psicologia; Ciências; Puericultura; Inglês; Ed. Artística; Psicologia Geral e Educacional; Metodologia e Prática de Ensino; História e Filosofia da Educação; Educação Física, Recreação e Jogos.
Predominância tecnicista	1969- 1975	Português; Matemática; Geografia; História, Ciências Físicas e Biológicas; Ed. Artística; Ed. Física; Psicologia Geral e Educacional; Metodologia e Prática de Ensino; História e Filosofia da Educação; Sociologia Geral e Educacional; Desenho e Arte Infantil; Educação Moral e Cívica; Sociologia Educacional; Programa de Saúde; Psicologia Educacional; Didática e Prática de Ensino; Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º grau; Técnica Aprendizagem, Literatura Infantil; Literatura Portuguesa; Organização Social e Política Brasileira (OSPB); Ensino Religioso.

Fonte: Escola Normal Dom Aquino Corrêa, Ata de Resultados Finais (1952-1975) elaborado pelas autoras.

Durante os três períodos se verifica a mudança de disciplinas em termos quantitativos, sendo que durante os anos 1952- 1959 havia apenas 12 disciplinas, as que aumentaram de forma sistemática nos anos posteriores.

Para estabelecer um comparativo com a Lei Orgânica do Ensino Normal (1946), a seguir expomos o que a legislação determinou como obrigatório nos cursos de formação de professores primários nas três séries anuais:

Quadro 2: Componentes curriculares segundo a Lei Orgânica do Ensino Normal

Primeira série	1) Português. 2) Matemática. 3) Física e química. 4) Anatomia e fisiologia humanas. 5) Música e canto. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Educação física, recreação e jogos.
Segunda série	1) Biologia educacional. 2) Psicologia educacional. 3) Higiene e educação sanitária. 4) Metodologia do ensino primário. 5) Desenho e artes aplicadas. 6) Música e canto. 7) Educação física, recreação e jogos.
Terceira série	1) Psicologia educacional. 2) Sociologia educacional. 3) História e filosofia da educação. 4) Higiene e puericultura. 5) Metodologia do ensino primário. 6) Desenho e artes aplicadas. 7) Música e canto, 8) Prática do ensino. 9) Educação física, recreação e jogos.

Fonte: Brasil (1946) elaborado pelas autoras

No momento histórico em que a Lei foi decretada os pressupostos escolanovistas estavam em ascensão, então pode-se observar os componentes Psicologia e Sociologia Educacional, pois os intelectuais escolanovistas foram seus precursores: Lourenço Filho e Fernando de Azevedo tomaram como áreas de estudos essas disciplinas.

Lourenço Filho dedicou-se à disciplina Psicologia. Aprofundou-se na psicologia aplicada (psicotécnica), “[...] respaldada no trabalho realizado no Laboratório de Psicologia Experimental da Escola Normal de São Paulo, por ele reativado em 1926” (SAVIANI, 2013, p. 204). Segundo o autor, a instrução técnico-profissional e a psicologia da infância foram duas áreas em que Lourenço Filho atuou. Esse pedagogo escolanovista foi pragmático e produziu cartilhas e livros para a escola elementar sobre a psicologia e suas aplicações educativas: “Nova taboada e noções de aritmética, atingiu mais de um milhão de exemplares entre a 1ª edição, de 1958, e a 33ª, publicada em 1986”. (SAVIANI, 2013, p. 205-206).

“Psicologia” foi oferecida na Escola Normal Dom Aquino Corrêa entre 1952 e 1959, e nos anos seguintes até 1975 passou a denominar-se “Psicologia Geral e Educacional”.

Com relação à disciplina de Sociologia, um importante representante do escolanovismo foi Fernando de Azevedo, que introduziu a disciplina no currículo da Escola Normal, “[...] quando, em 1928, empreendeu a reforma da instrução pública do Distrito Federal” (SAVIANI, 2013, p. 209). Fernando de Azevedo publicou as obras “Princípios de Sociologia”, em 1935, e “Sociologia Educacional”, em 1940.

A disciplina Sociologia permaneceu na Escola Normal Dom Aquino Corrêa de 1953 a 1968 na 2ª série do curso, ou seja, durante 15 anos intermitentes. Em 1963 e 1964, a Sociologia foi oferecida na 3ª série do curso, ou seja, no último ano de formação.

Entre 1969 e 1973 não encontramos esse componente curricular na Escola Normal, fato relacionado à ditadura militar, que retirou as disciplinas de Filosofia e Sociologia dos currículos e introduziu “Organização Social e Política Brasileira” (OSPB). Entretanto, em 1974 a Sociologia reapareceu, denominada de “Sociologia Educacional”. Nesse momento o currículo estava voltado para perspectiva disciplinar rígida e ideologizante.

A partir de 1969, houve maior visibilidade da formação prática do professor, mediante a incorporação das disciplinas “Metodologia e Prática de Ensino”, “Desenho e Artes Infantís”, “Psicologia Geral e Educacional”, mas ainda com predominância de conteúdos técnicos. Em 1970, acrescentou-se a disciplina “Educação Moral e Cívica”; em 1971, “Educação Física, Recreação e Jogos”; e em 1973, Literatura Portuguesa, Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Ensino Religioso, esta última só aparece no currículo em 1973.

Com o ensino profissionalizante obrigatório, o currículo enfatizava as metodologias e práticas de ensino – era voltado às técnicas de ensinar, relegando a formação teórica e de fundamentos da educação ao segundo plano para a formação de professores. Além do currículo voltado para a formação profissional obrigatória, práticas de coerção e/ou punição estiveram presentes nos anos 1970 na instituição investigada, que pudemos detectar nos depoimentos das entrevistadas. Kill (2017) contribui com uma lembrança sobre práticas punitivas que presenciou na instituição:

[...] quando nós estávamos no último ano do magistério, a nossa sala foi convidada a fazer uma visita ao exército. E a diretora, antes de nós sairmos para fazer essa visita, ela nos cobrou muito... que nós íamos para um lugar onde só tinham homens e que ela exigia respeito, que ela não queria ter nenhuma reclamação. E quem foi junto com a gente foi a diretora adjunta, acompanhando... Chegando lá, nós parecíamos passarinhos fora da gaiola. Fomos na sala do sargento... e conversávamos, e corríamos para todo lado... [risos] Até que passou a ambulância do exército e atropelou uma colega, e ela desmaiou... Não houve nada grave, mas quando a diretora adjunta ligou para a nossa diretora, ela chegou lá no quartel com um apito no pescoço [risos]. Colocou nós todos em fila, subimos no ônibus e fomos embora, ficamos meia hora de castigo, nossos pais tiveram que assinar uma caderneta, e todos os dias, após uma semana, nós saímos meia hora mais tarde, porque a nossa colega infringiu o regimento.

À época, permitiam-se castigos como forma de punir determinados comportamentos inapropriados. A entrevistada esclarece que a família legitimava essa prática, uma das características da sociedade autoritária de então. O regime militar (1964-1985), vivenciado pelas participantes da pesquisa, controlou com mãos de ferro as atividades institucionais, pelo seu poder político, até mesmo as práticas escolares. Ressalta-se ainda que de 1966 à 1975 a diretora da escola representava uma posição autoritária na escola, esta era esposa de militar¹² e infringia na instituição práticas de ordem e controle. A professora Mello (2017)¹³ que ministrou História e Filosofia da Educação na Escola Normal investigada entre os anos 1973 e 1975 contribui para historiar acerca das práticas escolares e relembra:

[...] a Escola Normal naquele tempo, tinha uma direção... e isso é uma parte que eu estudo hoje... da gestão, era bem tradicional, disciplinar. A diretora vinha nas

¹² Izenaide Ferreira Botelho, esposa de Oscar Ferreira Botelho, este era capitão do Exército Brasileiro. Alves (2015) pondera que ele fazia parte da elite econômica e política local.

¹³ Em 2017 era professora Associada nível IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas (MS) e professora do Programa de Pós-graduação Mestrado e Doutorado em Educação da UFMS (PPGEdu). Coordenava o NEI-Núcleo de Estudos Interdisciplinares, GEFI-Grupo de Estudos e Formação Interdisciplinar (Três Lagoas), GEMFIC-Grupo de Estudos Memórias de Formação: Identidade e Cultura. (Dourados). Nota-se, pelos grupos de pesquisas que coordenou e pela produção bibliográfica, que possui carreira sólida no campo da interdisciplinaridade.

janelas assistir às aulas, porque diziam assim: “A Lucrécia já está bagunçando na sala de aula...” e ela vinha... escutava e ficava no jardim andando assim... para, vamos dizer assim... espionar as minhas aulas... mas ela nunca se... vamos dizer... nunca me chamou a atenção por nada. Ela era uma pessoa que tinha postura... era filha de militar... o marido era militar... então, ela tinha uma postura bem rigorosa, um rigor disciplinar... tanto no sentido de disciplina de currículo, como na disciplina de uma atitude disciplinar. E ela tinha uma fiel escudeira, que era a vice-diretora, que estava sempre com ela, aplaudindo tudo... e fazendo tudo o que “seu mestre” mandar. Era uma dupla muito interessante... (MELLO, 2017).

A entrevistada assinala a sua metodologia de dramatização, música, leitura de obras clássicas como “A Odisseia” e “Ilíada”, assim como o trabalho com o filme “O Nome da Rosa”, para acionar os diferentes momentos da história, tal como trabalhava com a montagem de cenários para adaptar programas de televisão, onde os alunos deveriam teatralizar entrevistas, apropriando-se de obras de autores e pensadores da educação, pelos seus depoimentos Mello (2017) indica para metodologias diversas no curso normal, não somente aulas expositivas, o que pode justificar o motivo por ser “espionada” pela direção escolar.¹⁴

Outro ponto a destacar é o prédio da Escola Normal Dom Aquino Corrêa, fundado nos anos 1920, conforme Cattanio (1978). Na arquitetura escolar brasileira do período republicano, de acordo com Souza (2012), as escolas foram construídas em formato controlador do espaço educativo. Buffa (2007) alega que existem relações entre arquitetura e educação, “[...] ou as relações entre propostas pedagógicas e organização do espaço dos edifícios escolares” (BUFFA, 2007, p. 156). A autora evidencia que, dada a relação entre a proposta pedagógica e a organização do espaço escolar, é provável também compreender a instituição escolar sob a ótica da construção de seu espaço: “[...] o edifício escolar, sabemos todos, pode facilitar ou dificultar a aprendizagem, a convivência, o desenvolvimento dos alunos. Em suma, os espaços educam. [...] é a sociedade que produz a escola e, portanto, a escola tem as feições que a sociedade lhe imprime” (BUFFA, 2007, p. 157).

As práticas de vigilância, na Escola Normal Dom Aquino Corrêa, se deram apropriadamente ao seu prédio. Os depoimentos das entrevistadas, registram a rigidez da direção escolar que manifestava-se também sobre o corpo docente, o qual precisava demonstrar postura circunspecta na vestimenta e as professoras estavam impedidas de se sentar nos momentos das aulas, como uma forma de respeito e autoridade profissional. Tal era a coação verificada pelos alunos que observavam a atitude constrangida dos professores na presença da vigilância pela janela, por parte da direção. Tais práticas de vigilância se materializavam devido à organização edilícia de seu

¹⁴ Ver Monteiro (2018) para ter acesso aos depoimentos da professora

prédio, os espaços educativos permitiam a inspeção por meio das aberturas das salas de aulas, mediante as quais a diretora observava as aulas.

Conclusão

Verificamos que no contexto estadual, Mato Grosso se desenvolveu economicamente com base na produção pecuária, e população predominante rural, entretanto, nosso objeto de investigação demonstrou uma peculiaridade: Três Lagoas teve seu aumento populacional com base na rotatividade de pessoas que se locomoviam pela Ferrovia Noroeste do Brasil, e seus trabalhadores demandaram a abertura de escolas para formar as crianças em idade escolarizável. É significativo a quantidade de escolas municipais na referida cidade, no período analisado, no total de 22, enquanto na esfera estadual, somente 6.

A Escola Normal Dom Aquino Corrêa atendeu principalmente filhos de ferroviários, das camadas médias e burguesa, porque a cidade se desenvolveu na área urbana, portanto não se direcionou aos filhos dos trabalhadores rurais, mas sim, à população localizada na região urbanizada.

Com relação aos pressupostos pedagógicos, notamos no currículo da instituição que no início incorporou as disciplinas sugeridas pela pedagogia da Escola Nova, e posteriormente reproduziu o discurso nacional sobre a base técnica produtiva com foco na profissionalização docente no momento histórico da Ditadura Militar. Além disso, práticas de ordem e controle foram evidenciados como meio de manter a organização da escola enquanto produto da sociedade.

Referências

- ALVES, W. A. O germinar do discurso de progresso/industrialização em Três Lagoas/MS na década de 1970. **Revista Latino-Americana de História**. Vol. 4, No 14 (2015): Dossiê História Política: temas, fontes e problemas. P. 185- 206. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/issue/view/20/showToc>>. Acesso em: 20 dez. 2017
- ARRUDA, O. de O.; BRITO, S. H. A. A Educação Salesiana na Escola Dom Bosco de Corumbá/MT (1956/1970). **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.22, p. 164–179, jun. 2006 . Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22/art12_22.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2018.
- MONTEIRO, H. C. V. **O processo de institucionalização da Escola Normal Dom Aquino Corrêa de Três Lagoas no sul de Mato Grosso (1952-1975)**. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, UFMS, Campo Grande, MS, 2018.

BITTAR, M.. Sonho e realidade: vinte e um anos da divisão de Mato Grosso. **Multitemas**. s n. 15, out. 1999. Disponível em: <<http://www.multitemas.ucdb.br/article/view/1136/1075>>. Acesso em: 20 dez. 2017

BRITO, S. H. A de. **Educação e sociedade na fronteira Oeste do Brasil**: Corumbá (1930-1954). 2001. 393 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BUFFA, E. Os estudos sobre instituições escolares: organização do espaço e propostas pedagógicas. In: NASCIMENTO, I. M. et al. (Org.) **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, Sorocaba, Ponta Grossa: Autores Associados, 2007. p. 151-164.

CATTANIO, M. B. **A dinâmica urbana e a estruturação espacial de Três Lagoas**. 1976. 123 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Sagrado Coração de Jesus, Bauru, 1978.

CORRÊA, V. B. **Coronéis e bandidos em Mato Grosso**: 1889-1943. Campo Grande, MS: UFMS, 2006.

DIÁRIO DA SERRA. **Divisão de Mato Grosso**: nasce um novo estado. Campo grande, MT, 23.07.1977.

ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORRÊA. **Ata de Resultados Finais**. (1952-1975). Três Lagoas.

ESCOLA ESTADUAL DOM AQUINO CORRÊA. **Livro de Matrículas**. (1952-1975). Três Lagoas.

JACOMELI, M. R. M. **A instrução pública primária na Primeira República (1891- 1927)**. 1998. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

KILL, M. B. **Marizeth Bazé Kill**. Entrevista concedida à autora. Três Lagoas: 27 de fevereiro de 2017.

LIMA, T. B. **Terezinha Bazé Lima**. Entrevista concedida à autora. Três Lagoas: 26 de fevereiro de 2017.

MANCINI, A. P. G. SILVA, P. N. O. A Escola Normal Nossa Senhora da Conceição no Município de Dourados/MS (1940-1970): Saberes Escolarizados na Formação de Professores. **V Congresso Brasileiro de História da Educação**: O Ensino E A Pesquisa Em História Da Educação. Universidade Federal de Sergipe; Aracaju: Universidade Tiradentes, 2008. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/trabalho_completo.php?id=144>. Acesso em: 23 fev. 2018.

MARCÍLIO, H. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde do Estado, 1963.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada pelo Governador do Estado de Mato-Grosso Fernando Correia da Costa à Assembleia Legislativa por ocasião do início da Legislatura de 1951.** Cuiabá: Imprensa Oficial, 1951.

MELLO, L. S. **Lucrécia Stringheta Mello.** Entrevista concedida à autora. Três Lagoas: 27 de fevereiro de 2017.

PASA, F. R. O. BRITEZ, A. E. Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora no Sul de Mato Grosso: em relevo a educação de moças em Campo Grande (1946-1961). **XII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Centro-Oeste** – Reunião Científica Regional da Anped. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2014. Disponível em: <http://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=8&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave=>>. Acesso em 23 fev. 2018.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, I. M. et al. (Org.) **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica.** Campinas, Sorocaba, Ponta Grossa: Autores Associados, 2007. p. 75-93

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, S. S. de O. Educação Secundária Confessional no Sul de Mato Grosso: Ginásio Imaculada Conceição. **Póiesis Pedagógica.** Catalão-GO, v.12, n.2, p. 61-79, jul/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/33666/17804>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

SIMÕES, C. H. **A formação de professores na Escola Normal Joaquim Murtinho no Sul de Mato Grosso no período de 1930 a 1973.** 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, UFMS, Campo Grande, MS, 2014.

SOUZA, S. A de. Gestão democrática e arquitetura da escola. **Educação: teoria e prática.** 2012, Vol. 21(38), p.168-185. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/search/search?query=gest%C3%A3o+democr%C3%A1tica+e+arquitetura+da+escola&authors=&title=&abstract=&galleyFullText=&suppFiles=&dateFromMonth=&dateFromDay=&dateFromYear=&dateToMonth=&dateToDay=&dateToYear=&dateToHour=23&dateToMinute=59&dateToSecond=59&discipline=&subject=&type=&coverage=&indexTerms=>>>. Acesso em 27 jun. 2017.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação,** n. 14, p. 61-139, maio/jun./jul./ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso em: 28 ago. 2016.